



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (LAS) nº 0844147/2018

PA COPAM Nº: 10454/2014/001/2014

SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento

EMPREENDEDOR: MÁRIO BERTHOLDO PEREIRA

CNPJ: 627.330.368-15

EMPREENDIMENTO: FAZENDA BOA ESPERANÇA – MAT.
86.350; 86.351; 87.291; 87.292 e 90.000

CNPJ: 627.330.368-15

MUNICÍPIO: CAMPO FLORIDO

ZONA: Rural

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

- Não há incidência de critério locacional, conforme declarado no RAS.

CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
G-01-03-1	Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura	3	0
G-05-02-0	Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura	NP	0
F-06-01-7	Posto revendedor, posto ou ponto de abastecimento, instalação de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e posto revendedores de combustíveis de aviação	NP	0

CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Danilo Campos Zinader

REGISTRO:

ART: 1420140000000213576

AUTORIA DO PARECER

MATRÍCULA

ASSINATURA

Millene Torres de Oliveira
Técnica Ambiental

1.368.463-4

De acordo:

Rodrigo Angelis Alvarez

Diretor Regional de Regularização Ambiental

1.191.774-7



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (LAS) nº 0844147/2018

O empreendimento FAZENDA BOA ESPERANÇA – MAT. 86.350; 86.351; 87.291; 87.292 e 90.000 atua no ramo agrossilvipastoril, exercendo suas atividades no município de Uberaba – MG. Em 16 de julho de 2018, foi formalizado, na SUPRAM - TMAP, o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado (LAS) sob nº 10454/2014/001/2014, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS), reorientação do processo de Licença de Operação Corretiva.

As atividades do empreendimento objeto deste licenciamento são: culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivo agrossilvipastoril, exceto horticultura conduzida numa área de 850,20 ha destinada ao plantio rotacionado de milho e milheto; barragem de irrigação ou de perenização para agricultura com dimensão de 4,625 há e posto revendedor, posto ou ponto de abastecimento, instalação de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e posto revendedores de combustíveis de aviação com capacidade para 10,0 m³. As atividades mencionadas são conduzidas em uma área de 1.037,6305 ha de área total, sendo 850,20 ha de área útil.

Em relação à regularização do uso/consumo de recursos hídricos, foi informado a existência de 10 pontos de captação de uso insignificante nas modalidades de captação subterrânea, barramento e superficial com as finalidades de irrigação das áreas de plantio e paisagismo e uma captação subterrânea outorgável com finalidade de consumo humano, com análise técnica concluída para deferimento.

Como principais impactos inerentes a atividade agrossilvipastoril, devidamente registrados no RAS, tem-se, principalmente, a geração de resíduos sólidos e efluentes líquidos. Quanto aos resíduos sólidos: lixo doméstico, plástico, papel e vidro são destinado a rede coletora da Prefeitura Municipal de Uberaba; vasilhames, filtros de óleo, material contaminado e lama de fundo da caixa separadora de água e óleo são coletados pela empresa Hidro Jato Soluções em Limpeza.; embalagens de defensivos agrícolas são direcionados Canacampo – Associação dos Fornecedores de Cana de Campo Florido. Os efluentes líquidos gerados são: efluentes sanitários que são direcionados a um biodigestor, o efluente gerado pela lavagem de máquinas é destinado a caixa separadora de água e óleo.

Foi apresentado o protocolo de inscrição do imóvel no CAR - Cadastro Ambiental Rural, recibo número MG-3111408-9D0B.8425.77DD.44E3.8486.1E09.F83A.78A8 (Fazenda Boa Esperança – MAT. 86.350; 86.351; 87.291; 87.292 e 90.000) com área de reserva legal declarada 166,9160 ha, não obedecendo, portanto, o percentual de 20% preconizados pelo código florestal, estando, dessa forma, o quantitativo de reserva legal deficitário. Diante do exposto, houve a necessidade de adesão ao PRA – Programa de Regularização Ambiental no CAR, conforme consta nos laudos do processo.

Foi informado que a área de preservação permanente - APP encontra-se devidamente isolada por cercamento.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada



Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento Fazenda Boa Esperança – MAT. 86.350; 86.351; 87.291; 87.292 e 90.000, para a atividade de culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivo agrossilvipastoril, exceto horticultura e barragem de irrigação ou de perenização para agricultura e Posto revendedor, posto ou ponto de abastecimento, instalação de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e posto revendedores de combustíveis de aviação no município de Campo Florido-MG, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo. Não foi realizada vistoria ao local, sendo portanto o empreendedor e, ou consultor o(s) único(s) responsável(is) pelas informações prestadas e relatadas neste parecer.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Fazenda Boa Esperança – MAT. 86.350; 86.351; 87.291; 87.292 e 90.000”

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Fazenda Boa Esperança – MAT. 86.350; 86.351; 87.291; 87.292 e 90.000”

1. SOLO

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Nas áreas exploradas com culturas anuais (1,2,3)	pH, N (Nitrogênio), K (Potássio), P (Fósforo), Ca (Cálcio), Mg (Magnésio), S (Enxofre), Na (Sódio), Al (Alumínio), CTC, Matéria Orgânica e Saturação de Bases . Somente no primeiro ano o empreendedor deverá analisar a textura do solo.	Anualmente

(1) Seguir recomendação de adubação elaborada por técnico habilitado para tal, seguindo os princípios agrônômicos e projetos pertinentes.

(2) A amostragem deverá ser realizada na camada de 0-20 cm e 20-40 cm, conforme “Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais, 5ª Aproximação, capítulo 1 – Amostragem de solo, pg. 13 -20” (Lopes & Alvarez, 1999) e possíveis atualizações.

(3) A cada análise realizada, apresentar croqui da área com os pontos de amostragem georreferenciados.

Relatórios: Enviar à Supram, no 1º ano, no 5º ano e no 10º ano da vigência da licença ambiental (até o 20º dia do mês subsequente às análises realizadas), as análises de solo realizadas anualmente, acompanhadas de laudo técnico conclusivo quanto ao balanço nutricional do sistema solo-planta, com ênfase no estado nutricional do solo e sua condição em continuar recebendo o tipo de fertilizante com vistas aos aspectos ambientais. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem. Na impossibilidade da realização de amostragem pelo responsável técnico, o empreendedor deve cumprir as exigências dispostas no Art. 4º da Deliberação Normativa COPAM nº 216, de 27 de outubro de 2017, para tal. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento. *Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.*

Métodos de análise: Conforme “Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais, 5ª Aproximação, capítulo 4 – Apresentação dos resultados das análises de solo, pg. 21 - 24” (Lopes & Alvarez, 1999) e possíveis atualizações.



2. Resíduos Sólidos

Enviar **anualmente** à Supram TMAP, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 ¹	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma ²	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(¹) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(²) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.